

COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO

12ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES

RELATÓRIO ANUAL DO AGENTE FIDUCIÁRIO

EXERCÍCIO DE 2016

Rio de Janeiro, 28 de Abril de 2017.

Prezados Senhores Debenturistas,

Na qualidade de Agente Fiduciário da 12ª Emissão de Debêntures da COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO (“Emissão”), apresentamos a V.Sas o relatório anual sobre a referida emissão, atendendo o disposto na Instrução da CVM nº 28, 23 de Novembro de 1983 e na Escritura de Emissão.

A apreciação sobre a situação da empresa foi realizada com base nas Demonstrações Financeiras auditadas, demais informações fornecidas pela Emissora e controles internos da Pentágono.

Informamos, também, que este relatório encontra-se à disposição dos debenturistas na sede da Emissora, na sede da Pentágono, na CVM, na CETIP e na sede do Coordenador Líder da Emissão.

A versão eletrônica deste relatório foi enviada à Emissora, estando também disponível em nosso website [www.pentagonotrustee.com.br](http://www.pentagonotrustee.com.br).

Atenciosamente,

**PENTÁGONO S.A. DTVM.**

\*Informamos que o relatório possui data-base de 31.12.16 e, portanto, foi elaborado nos termos da Instrução CVM nº 28/1983, revogada em 21.03.2017 pela Instrução CVM nº 583/16.

## Características da Emissora

- Denominação Social: COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO
- CNPJ/MF: 47.508.411/0001-56
- Diretor de Relações com Investidores: Sra. Daniela Sabbag
- Atividades: (i) a industrialização, processamento, manipulação, transformação, exportação, importação e representação de produtos, alimentícios ou não alimentícios, por conta própria ou de terceiros; (ii) o comércio internacional, inclusive de café; (iii) a importação, distribuição e comercialização de produtos cosméticos de higiene e toucador, perfumaria, saneantes e domissanitários e suplementos alimentares; (iv) o comércio em geral de drogas e medicamentos, especialidades farmacêuticas e homeopáticas; produtos químicos, acessórios, artigos odontológicos, instrumentos e aparelhos cirúrgicos; a fabricação de produtos químicos e especialidades farmacêuticas, podendo ser especializadas como, Drogeria ou Farmácia Alopática, Drogeria ou Farmácia Homeopática ou Farmácia de Manipulação de cada especialidade; (v) o comércio de produtos e derivados de petróleo, abastecimento de combustíveis de quaisquer espécies, podendo também prestar serviços de assistência técnica, oficinas de serviços, consertos, lavagem, lubrificação, venda de acessórios e outros serviços afins, de quaisquer veículos em geral; (vi) o comércio de produtos, drogas e medicamentos veterinários em geral; consultório, clínica e hospital veterinário e “pet shop” com serviços de banho e tosa; (vii) a locação de qualquer mídia gravada; (viii) prestação de serviços de estúdios fotográficos, cinematográficos e similares; (ix) a prática e a administração de operações imobiliárias, comprando, promovendo loteamentos e incorporação, locando e vendendo bens imóveis próprios e de terceiros; (x) agir como distribuidora, agente e representante de comerciantes e industriais estabelecidos dentro do país ou fora dele e nesta qualidade, por conta dos comitentes ou por conta própria adquirir, reter, possuir e fazer quaisquer operações e transações do interesse próprio ou dos comitentes; (xi) a prestação de serviços de processamento de dados; (xii) a exploração de edificações e construção em todas as suas modalidades, por conta própria ou de terceiros, a compra e venda de materiais para construção e a instalação e manutenção de sistemas de ar condicionado, de monta-cargas e

elevadores de carga; (xiii) aplicação de produtos saneantes domissanitários; (xiv) o transporte rodoviário municipal, estadual e interestadual de cargas em geral para seus próprios produtos e de terceiros, podendo inclusive armazená-los, depositá-los e fazer sua carga, descarga, arrumação e guarda de bens próprios de terceiros de qualquer espécie, bem como subcontratar os serviços previstos nesta alínea; (xv) a exploração de serviços de comunicação, publicidade em geral e propaganda, inclusive de bares, lanchonetes e restaurantes, podendo estender-se a outros ramos que lhe sejam compatíveis ou conexos, respeitadas as restrições legais; (xvi) a compra, venda e distribuição de livros, revistas, jornais, periódicos e assemelhados; (xvii) a realização de estudos, análises, planejamento e pesquisas de mercado; (xviii) a realização de testes para lançamento de novos produtos, embalagens e marcas; (xix) a elaboração de estratégias e análises do comportamento setorial de vendas, de promoções especiais e de publicidade; (xx) a prestação de serviços de administração de cartões vale alimentação, refeição, farmácia, combustível, transporte e outros cartões que decorram das atividades relacionadas ao seu objeto social; (xxi) o arrendamento e subarrendamento de bens móveis próprios ou de terceiros; (xxii) a prestação de serviços na área de gerenciamento; (xxiii) representação de outras sociedades nacionais ou estrangeiras e a participação como sócia ou acionista, no capital social de outras sociedades, qualquer que seja a forma ou objeto destas, e em empreendimentos comerciais de qualquer natureza; (xxiv) agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos e ingressos; (xxv) serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos. Contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral; (xxvi) prestação de serviços de estacionamento, estadia e guarda de veículos; (xxvii) importação de bebidas, vinhos e vinagres; e (xxviii) comércio de sementes e mudas.

## Características da Emissão

- Emissão: 12ª

- Séries: Única
- Data de Emissão: 12/09/2014
- Data de Vencimento: 12/09/2019
- Banco Escriurador/Mandatário: Banco Bradesco S.A.
- Código CETIP/ISIN: CBRDA2/ BRPCARDBS0A9
- Coordenador Líder: Banco Bradesco BBI S.A.
- Destinação dos Recursos: Os recursos captados mediante a colocação das Debêntures serão destinados ao reforço de capital de giro das atividades da Emissora relacionadas ao agronegócio, assim entendidos os negócios celebrados entre a Emissora e produtores rurais, ou suas cooperativas, relacionados com a produção, comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos ou insumos agropecuários, especificamente relativos a frutas, verduras, legumes, laticínios, aves e carne, de modo a permitir que as Debêntures sejam elegíveis para lastrear futura emissão de Letras Comerciais do Agronegócio.

A Emissora deverá alocar, na forma do item 3.6.1, os recursos oriundos das Debêntures em até 12 meses contados da Data da Primeira Subscrição e Integralização (conforme definido na Escritura de Emissão).

- Tipo de Emissão: Emissão Pública de Debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação.

1. Eventual omissão ou inverdade nas informações divulgadas pela Companhia ou, ainda, inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Companhia: (Artigo 12, alínea a, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

A Pentágono declara que não possui conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou de qualquer inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora.

2. Alterações Estatutárias: (Artigo 12, alínea b, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Em AGE\*, realizada em 27/04/2016, foi aprovada a alteração do caput do artigo 4º do Estatuto Social da Companhia para refletir os aumentos de capital ocorridos em fevereiro e março de 2016, dentro do limite do capital autorizado.

Em AGE, realizada em 12/09/2016, foi aprovada a alteração do artigo 2º do Estatuto Social da Companhia, para a inclusão, no objeto social da Companhia, da atividade de comércio de sementes e mudas.

\*Ademais, informamos que a mencionada AGE foi realizada juntamente com a AGO da Companhia.

3. **Comentários sobre as demonstrações financeiras da Companhia, indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da empresa:** (Artigo 12, alínea c, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- **A Empresa**

- ➔ Atividade Principal: 47.89-0-99 - Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente;
- ➔ Situação da Empresa: ativa;
- ➔ Natureza do Controle Acionário: privado;
- ➔ Critério de Elaboração do Balanço: legislação societária.

- **Situação Financeira**

- ➔ Liquidez Geral: de 0,88 em 2015 para 0,80 em 2016;
- ➔ Liquidez Corrente: de 0,99 em 2015 para 0,95 em 2016;
- ➔ Liquidez Seca: de 0,63 em 2015 para 0,56 em 2016;
- ➔ Giro do Ativo: de 0,79 em 2015 para 1,66 em 2016.

- **Estrutura de Capitais**

A Companhia apresentou uma redução no índice de Empréstimos e Financiamentos sobre o Patrimônio Líquido de 22,0% de 2015 para 2016. O Índice de Participação do Capital de Terceiros sobre o Capital Próprio apresentou uma redução de 46,8% de 2015 para 2016. O grau de imobilização em relação ao Patrimônio Líquido apresentou redução de 30,1% de 2015 para 2016. A empresa apresentou no seu Passivo Não Circulante uma redução de 41,5% de 2015 para 2016, e uma variação negativa (redução) de 5,2% no índice de endividamento de 2015 para 2016.

Solicitamos a leitura completa das Demonstrações Contábeis da Companhia, Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes, para melhor análise da situação econômica e financeira da Companhia.

4. **Posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado:** (Artigo 12, alínea d, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- VALOR UNITÁRIO NA EMISSÃO: R\$ 1.000,00
- ATUALIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL: não aplicável
- REMUNERAÇÃO: 107% do DI
- PAGAMENTOS EFETUADOS POR DEBÊNTURE (2016):

Juros:

14/03/2016 – R\$ 72,088839

12/09/2016 – R\$ 73,267870

- POSIÇÃO DO ATIVO:

Quantidade em circulação: 900.000

Quantidade em tesouraria: 0

Quantidade total emitida: 900.000

5. **Resgate, amortização, conversão, repactuação, pagamento dos juros das debêntures realizadas no período, bem como aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora:** (Artigo 12, alínea e, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- Resgate: não houve;
- Amortização: não houve;
- Conversão: não aplicável;
- Repactuação: não aplicável;
- Pagamento dos juros das debêntures realizados no período: conforme item 4 acima;
- Aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora: não houve.

6. Constituição e aplicações de fundo de amortização de debêntures, quando for o caso: (Artigo 12, alínea f, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não houve a constituição de Fundo de Amortização para esta Emissão.

7. Acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora: (Artigo 12, alínea g, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

De acordo com as informações obtidas, os recursos adquiridos por meio da Emissão de Debêntures foram utilizados conforme previsto na Escritura de Emissão.

8. Relação dos bens e valores entregues à sua administração: (Artigo 12, alínea h, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não há bens e/ou valores entregues ao Agente Fiduciário para administração.

9. Cumprimento de outras obrigações assumidas pela companhia na escritura de emissão: (Artigo 12, alínea i, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

A Emissora obriga-se, sob pena de serem declaradas vencidas as obrigações relativas às debêntures, a manter, entre outras obrigações, os índices e limites financeiros descritos no item 4.12.1, alínea “xv”, da Escritura de Emissão.

<b>Dívida Líquida Consolidada</b>		<b>Curto Prazo</b>	<b>Longo Prazo</b>	<b>Total</b>
Empréstimos e Financiamentos		2.389	1.008	3.397
Debêntures		568	1.904	2.473
<b>A.1</b>		<b>2.957</b>	<b>2.912</b>	<b>5.870</b>
Caixa e Bancos		(5.112)	-	(5.112)
Aplicações Financeiras		-	-	-
Contas a receber				
Cartão de Crédito		(303)	-	(303)
Crediciário		-	-	-
Tíquetes de Vendas e Outros		(142)	-	(142)
Cheques pré-datados		-	-	-
Contas a Receber Controladas		(5)	-	(5)
CR. Paes Mendonça		-	-	-
CR. Outros		-	-	-
Desconto de Recebíveis		-	-	-
Provisão para devedores duvidosos		2	-	2
Proveniente de acordos comerciais		(95)	-	(95)
Contas a receber - PAFIDC		-	-	-
Deságio <sup>▼</sup>	1,50%	(7) <sup>▼</sup>	-	(7)
Financiamento a cliente - crédito direto ao consumidor		-	-	-
<b>A.2</b>	<b>Sub Total</b>	<b>(5.662)</b>	<b>-</b>	<b>(5.662)</b>
<b>TOTAL da Dívida Líquida Consolidada (A.1 - A.2)</b>				<b>207</b>
<b>Total Patrimônio Líquido</b>				<b>12.596</b>



<b>Relação entre Dívida Líquida e EBITDA Consolidado</b>				
	( + )	( - )	( + )	( = )
	Exerc. 2015	Acum. 4º Tri 2015	Acum. 4º Tri 2016	EBTIDA de 31/12/2015 a 31/12/2016
Lucro bruto	9.075	9.075	9.520	9.520
(+) depreciação logística	57	57	55	55
(-) despesas com vendas	(5.922)	(5.922)	(6.567)	(6.567)
(-) gerais e administrativas	(766)	(766)	(884)	(884)
<b>EBITDA</b>	<b>2.443</b>	<b>2.443</b>	<b>2.125</b>	<b>2.125</b>
<b>(i) &lt; ou = 1,0</b>	<u>TOTAL da Dívida Líquida Consolidada</u>		=	<b>0,016</b>
		207		
		<u>Patrimônio líquido</u>		
		12.596		
<b>(ii) &lt; ou = 3,25</b>	<u>TOTAL da Dívida Líquida Consolidada</u>		=	<b>0,098</b>
		207		
		<u>EBITDA</u>		
		2.125		

De acordo com as informações obtidas, verificamos o cumprimento das obrigações assumidas na Escritura de Emissão.

10. Declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das debêntures: (Artigo 12, alínea j, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

As debêntures da presente emissão são da espécie quirografária, sem garantias.

11. Existência de outras emissões, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, em que tenha atuado como agente fiduciário no período: (Artigo 12, alínea k, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não aplicável.

12. Parecer:

Não possuímos conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, que manteve seu registro atualizado junto à CVM - Comissão de Valores Imobiliários.

13. Declaração sobre a aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário: (Artigo 12, alínea l, inciso XVII da Instrução CVM 28/83 e artigo 68, alínea "b" da Lei nº 6.404 de 15 de Dezembro de 1976)

A Pentágono declara que se encontra plenamente apta a continuar no exercício da função de Agente Fiduciário desta emissão de debêntures da Emissora.

Este relatório foi preparado com todas as informações necessárias ao preenchimento dos requisitos contidos na Instrução CVM 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, e demais disposições legais aplicáveis.

Embora tenhamos nos empenhado em prestar informações precisas e atualizadas não há nenhuma garantia de sua exatidão na data em que forem recebidas nem de que tal exatidão permanecerá no futuro. Essas informações não devem servir de base para se empreender de qualquer ação sem orientação profissional qualificada, precedida de um exame minucioso da situação em pauta.

**PENTÁGONO S.A. DTVM**

## DOCUMENTOS ANEXOS:

Balanço Patrimonial (Anexo 1)

Demonstrações de Resultado (Anexo 2)

Parecer dos Auditores (Anexo 3)

## Anexo 1

### Balancos patrimoniais Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhões de reais)

Notas	Controladora		Consolidado		
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015	
<b>Ativo Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	7	4.496	2.247	5.112	11.015
Contas a receber	8	396	387	543	3.210
Outras contas a receber	9	111	133	126	375
Estoques	10	3.106	2.828	4.641	8.965
Tributos a recuperar	11	557	357	674	1.080
Despesas antecipadas		81	74	97	157
Outros créditos		54	148	155	143
Ativos não circulantes mantidos para venda	35	1.901	2	20.303	15
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>10.702</b>	<b>6.176</b>	<b>31.651</b>	<b>24.960</b>
<b>Não Circulante</b>					
Contas a receber	8	-	-	-	98
Outras contas a receber	9	81	67	612	625
Tributos a recuperar	11	521	534	632	2.467
Impostos de renda e contribuição social diferidos	20	155	50	170	406
Partes relacionadas	12	359	1.076	17	309
Depósitos para recursos judiciais	22.7	534	459	661	999
Despesas antecipadas		13	19	45	50
Investimentos em controladas e associadas	13	3.036	5.149	316	382
Propriedades para investimento		23	24	23	25
Imobilizado	14	7.043	6.525	9.182	10.377
Intangíveis	15	1.193	1.320	1.908	6.543
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>12.958</b>	<b>15.223</b>	<b>13.566</b>	<b>22.281</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>23.660</b>	<b>21.399</b>	<b>45.217</b>	<b>47.241</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
<b>Passivo Circulante</b>					
Fornecedores	16	5.091	4.103	7.232	15.508
Fornecedores convênio	18.1(iv)	-	-	-	1.055
Empréstimos e financiamentos	17	2.763	828	2.957	3.814
Salários e encargos sociais		446	390	614	1.023
Impostos e contribuições a recolher e parcelados	19	189	135	254	830
Partes relacionadas	12	510	268	147	563
Aquisição de participação de acionistas não controladores	21	-	-	7	76
Financiamento por compra de ativos		32	100	116	114
Aluguéis a pagar		100	83	110	151
Receitas a apropriar	24	127	28	224	420
Repasse a terceiros		15	43	15	398
Programa de fidelidade		28	27	28	30
Outras contas a pagar		209	370	246	1.291
Passivos relacionados aos ativos mantidos para venda	35	-	-	15.632	-
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>9.510</b>	<b>6.375</b>	<b>27.582</b>	<b>25.273</b>
<b>Não circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos	17	2.775	3.277	2.912	4.164
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	-	-	317	1.184
Impostos parcelados	19	540	572	540	572
Provisão para demandas judiciais	22	891	490	1.177	1.396
Aquisição de participação de acionistas não controladores	21	-	-	-	28
Receitas a apropriar	24	24	32	24	1.223
Provisão para perda de investimento em controladas	13	22	276	22	-
Outras contas a pagar		38	23	46	49
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>4.290</b>	<b>4.670</b>	<b>5.038</b>	<b>8.616</b>
<b>Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores</b>					
Capital subscrito	25	6.811	6.806	6.811	6.806
Reservas de capital	25	331	302	331	302
Reservas de lucros	25	2.718	3.333	2.718	3.333
Ajuste de avaliação patrimonial		-	(87)	-	(87)
		<b>9.860</b>	<b>10.354</b>	<b>9.860</b>	<b>10.354</b>
Participação de acionistas não controladores		-	-	2.737	2.998
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>9.860</b>	<b>10.354</b>	<b>12.597</b>	<b>13.352</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>23.660</b>	<b>21.399</b>	<b>45.217</b>	<b>47.241</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Anexo 2

### Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhões de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Receita de venda de bens e serviços	26	25.527	22.465	41.454	37.198
Custo das mercadorias vendidas e/ou serviços	27	(18.599)	(16.342)	(31.933)	(28.123)
Lucro bruto		6.928	6.123	9.521	9.075
(Despesas) receitas operacionais					
Despesas com vendas	27	(4.957)	(3.950)	(6.567)	(5.922)
Gerais e administrativas	27	(640)	(483)	(884)	(766)
Depreciação e amortização		(554)	(479)	(707)	(650)
Resultado de equivalência patrimonial	13	30	130	60	81
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	28	(496)	(181)	(567)	(206)
		(6.617)	(4.963)	(8.665)	(7.463)
Lucro antes do resultado financeiro		311	1.160	856	1.612
Resultado financeiro, líquido	29	(800)	(743)	(903)	(768)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(489)	417	(47)	844
Imposto de renda e contribuição social	20	84	(78)	(24)	(229)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício das operações continuadas		(405)	339	(71)	615
Lucro (prejuízo) líquido do exercício das operações descontinuadas	35	(77)	(74)	(1.005)	(891)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		(482)	265	(1.076)	(276)
Atribuível aos:					
Acionistas controladores da Companhia – Operações Continuadas		(405)	339	(71)	615
Acionistas controladores da Companhia – Operações Descontinuadas		(77)	(74)	(411)	(350)
Total acionistas controladores da Companhia		(482)	265	(482)	265
Participação dos acionistas não controladores – Operações Continuadas		-	-	-	-
Participação dos acionistas não controladores – Operações Descontinuadas		-	-	(594)	(541)
Total participação dos acionistas não controladores		-	-	(594)	(541)
Lucro (prejuízo) líquido por milhares de ações do capital social (média ponderada do exercício – R\$)	30	31.12.2016	31.12.2015		
<b>Básico</b>					
Ordinárias - Operações continuadas e descontinuadas		(1,81669)	0,93859		
Ordinárias - Operações continuadas		(0,26891)	2,17964		
Preferenciais - Operações continuadas e descontinuadas		(1,81669)	1,03245		
Preferenciais - Operações continuadas		(0,26891)	2,39760		
<b>Diluído</b>					
Ordinárias - Operações continuadas e descontinuadas		(1,81669)	0,93859		
Ordinárias - Operações continuadas		(0,26891)	2,17964		
Preferenciais - Operações continuadas e descontinuadas		(1,81669)	1,03014		
Preferenciais - Operações continuadas		(0,26891)	2,39222		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Anexo 3

### RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
Companhia Brasileira de Distribuição

#### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia Brasileira de Distribuição ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia Brasileira de Distribuição em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

#### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Por que é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Em virtude de requerimentos específicos nas legislações estaduais sobre ICMS, principalmente os Estados que requerem o recolhimento de ICMS por substituição tributária, e considerando os procedimentos de compra e distribuição de produtos nas lojas, a Companhia acumulou créditos de ICMS, cuja realização depende da ocorrência de eventos futuros operacionais e de atendimento aos requerimentos das legislações estaduais. Nesse sentido, com base em suas políticas internas, a Companhia avalia, ao menos anualmente, o estudo técnico de viabilidade de realização desses créditos.</p> <p>Este tema foi considerado um principal assunto em nossa auditoria pois: (i) o montante envolvido, no valor aproximado de R\$2.700 milhões em 31 de dezembro de 2016, é considerado material para a auditoria, sendo R\$545 milhões em "Tributos a recuperar" e R\$2.154 milhões alocados como "Ativos mantidos para venda"; (ii) foi considerado um risco significativo em nosso plano de auditoria; e (iii) o estudo técnico de viabilidade preparado pela Administração envolve um grau significativo de julgamento e estimativa, baseando-se em premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado de varejo, além de decisões internas da Administração, principalmente envolvendo alterações da distribuição logística de seus produtos e a solicitação de regimes tributários especiais.</p>	<p>Dessa forma, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação do desenho das atividades de controles internos relacionadas à preparação e aprovação do estudo técnico de viabilidade; (ii) a utilização de nossos especialistas em tributos como suporte para avaliação das premissas-chave e dos critérios adotados pela Companhia para o atendimento à legislação estadual vigente e aos regimes tributários especiais obtidos; e (iii) a avaliação do potencial impacto de uma alteração razoável nas premissas de crescimento utilizadas pela Companhia.</p> <p>Considerando os critérios e as premissas adotados para a realização dos saldos a recuperar, o resultado de nossos procedimentos foi considerado adequado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.</p> <p>As divulgações sobre a natureza desses créditos e sua respectiva expectativa de realização estão descritas na nota explicativa nº 11.1 às demonstrações financeiras.</p>



Por que é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>A legislação tributária relativa ao PIS e à Cofins, quando aplicada no segmento de varejo, traz certo grau de complexidade na interpretação da legislação vigente, requerendo a aplicação de julgamento significativo por parte da Administração, principalmente em relação à avaliação dos valores a serem considerados como base para a tomada do crédito tributário e à avaliação dos produtos sujeitos à tributação quando de sua venda.</p> <p>Durante o exercício de 2016, a Companhia exerceu julgamento significativo no que tange às premissas avaliadas para reconhecimento dos créditos tributários de PIS e Cofins calculados sobre os valores de ICMS recolhidos no momento da aquisição de produtos para revenda e para manter a aplicação do benefício fiscal que eximiu a alíquota do PIS e da Cofins incidente sobre a receita bruta de venda a varejo de determinados produtos de tecnologia, conhecido como "Lei do Bem".</p> <p>Este tema foi considerado um principal assunto em nossa auditoria pois: (i) o montante envolvido, no valor aproximado de R\$641 milhões (PIS e Cofins calculados sobre os valores de ICMS) e R\$600 milhões ("Lei do Bem") em 31 de dezembro de 2016, dos quais R\$321 milhões em operações continuadas e R\$920 milhões em operações descontinuadas, é considerado material para a auditoria; e (ii) o material técnico preparado pela Administração envolveu avaliação interna contendo julgamento significativo por parte da Administração quanto: (a) à interpretação da legislação tributária do PIS e da Cofins; (b) à avaliação do posicionamento de seus assessores jurídicos externos; e (c) aos julgamentos em diferentes instâncias dos tribunais.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram: (i) a avaliação do desenho das atividades de controles internos relacionadas à interpretação da legislação aplicável; (ii) o envolvimento de membros mais seniores da equipe de trabalho na análise dos documentos com elementos importantes que exigiram julgamento significativo de nossa parte, tais como opiniões dos assessores jurídicos externos e jurisprudência disponíveis nos tribunais; (iii) as análises de informações disponíveis no mercado e nos tribunais, incluindo julgamentos de temas semelhantes; e (iv) a avaliação sobre os critérios adotados pela Administração e sobre as informações contraditórias, incluindo o desafio dos argumentos utilizados pela Administração em sua conclusão de como aplicar a legislação tributária do PIS e da Cofins e as respectivas regulamentações fiscais, com suporte de nossos especialistas em tributos.</p> <p>Considerando os critérios e as premissas adotados para a apuração do PIS e da Cofins, o resultado de nossos procedimentos foi considerado adequado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.</p> <p>As divulgações sobre a natureza desses créditos estão descritas na nota explicativa nº 11.2 às demonstrações financeiras.</p>

<b>Por que é um PAA</b>	<b>Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria</b>
<p>Em 23 de novembro de 2016, o Conselho de Administração da Companhia autorizou o início do processo de alienação da participação societária na Via Varejo S.A. ("Via Varejo") e em suas controladas. O referido processo está suportado em um plano formal de alienação, incluindo a localização e avaliação de potenciais compradores e o cronograma de atividades. A finalização desse processo de alienação deverá ocorrer ao longo de 2017.</p> <p>Este tema foi considerado um principal assunto em nossa auditoria pois: (i) trata-se da alienação de parte substancial das operações e representa uma importante linha de negócio da Companhia; (ii) o saldo líquido relacionado aos ativos e passivos mantidos para venda, no valor de R\$4.671 milhões em 31 de dezembro de 2016, é considerado material para nossa auditoria; (iii) foi considerado um risco significativo em nosso plano de auditoria, pois envolve julgamento e estimativa relevante da Administração para calcular o valor justo do grupo de ativos e passivos classificados como disponíveis para venda; e (iv) gerou impacto material sobre as demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações de avaliação por segmento de negócio e mensuração do valor justo.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram: (i) o envolvimento de nossos especialistas em normas técnicas e profissionais de contabilidade para auxiliar na avaliação e no desafio da literatura técnica e dos elementos utilizados para a conclusão de que se trata de uma atividade descontinuada; (ii) a avaliação do desenho das atividades de controles internos relacionadas à preparação e aprovação da mensuração do valor justo, bem como do tratamento contábil dado à transação; e (iii) a utilização de nossos especialistas de suporte financeiro na avaliação das premissas-chave e dos critérios adotados pela Companhia para mensuração do valor justo.</p> <p>Considerando os critérios e as premissas-chave adotados para avaliação e divulgação das operações descontinuadas e do grupo de ativos disponíveis para venda, o resultado de nossos procedimentos foi considerado adequado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.</p> <p>As divulgações sobre o processo de alienação da Via Varejo estão descritas na nota explicativa nº 35 às demonstrações financeiras.</p>
<b>Outros assuntos</b>	
<i>Demonstrações do valor adicionado</i>	
<p>As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas DVA foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.</p>	
<b>Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor</b>	
<p>A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o "Relatório da Administração" e o "Release de Resultados", obtido antes da data deste relatório, e também o relatório "Iniciativas 2016", que deve ser disponibilizado após a data deste relatório.</p>	

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o "Relatório da Administração", o "Release" de Resultados" e o "Iniciativas 2016", e não expressamos ou expressaremos nenhuma forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler as outras informações identificadas acima e, ao fazê-lo, considerar se essas outras informações estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidas de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante nas outras informações obtidas antes da data deste relatório, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

#### **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

#### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza significativa, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Eduardo Franco Tenório  
Contador  
CRC nº 1 SP 216175/O-7